

COMISSÃO DE TRABALHO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

PROJETO DE LEI Nº 1.726, DE 2007

“Proíbe, em todo o território nacional, a cobrança de taxas de cadastramento de clientela em busca de emprego pelas agências de colocação de mão-de-obra e dá outras providências”.

Autor: Deputado REINALDO NOGUEIRA

Relator: Deputado MILTON MONTI

I - RELATÓRIO

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Reinaldo Nogueira, tem por escopo proibir, em todo o território nacional, a cobrança de taxas de cadastramento de clientela em busca de emprego pelas agências de colocação de mão-de-obra, bem como o ressarcimento das eventualmente pagas pelas empresas que contratem trabalhadores por meio dessas agências.

A justificação se prende à necessidade de proibir o abuso representado pela cobrança indevida de taxas de cadastramento para incerta inserção no mercado de trabalho.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Já se encontra tramitando nesta casa o PL 210, de 2007, com teor idêntico ao do presente projeto.

A proposição foi aprovada, por unanimidade, nesta Comissão, em 23/05/2007.

O projeto encontra-se na CCJC, aguardando relatório do nobre Deputado Nelson Trad.

Deste modo, o projeto em questão tem sua tramitação prejudicada, por força do disposto no inciso I do art. 163 e do inciso II do art. 164 do Regimento Interno desta Casa, *in verbis*:

“Art. 163. Consideram-se prejudicados:

I – a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado, ou rejeitado, na mesma sessão legislativa, ou transformado em diploma legal;”

“Art. 164. O Presidente da Câmara ou de Comissão, de ofício ou mediante provocação de qualquer Deputado, declarará prejudicada matéria pendente de deliberação:

II – em virtude de prejulgamento pelo Plenário ou Comissão, em outra deliberação.”

Em face do exposto, votamos pela prejudicialidade do Projeto de Lei nº 1.726, de 2007.

Sala da Comissão, em de de 2007.

Deputado MILTON MONTI

Relator